## ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA Nº 005/2022 DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO - CAU/RJ, REALIZADA EM FORMATO HÍBRIDO EM 10 DE MAIO DE 2022.

1. Aos dez dias do mês de maio de 2022 (dois mil e vinte e dois), em primeira convocação às
2. 16h, foi realizada, no formato híbrido, a Reunião Plenária Ordinária do CAU/RJ nº 005/2022,
3. que teve início com a segunda convocação às 16h30, sob a coordenação do presidente Pablo

## Benetti. Item 1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro. A chefe de gabinete Patrícia

1. procedeu ao cumprimento **item 2 - Verificação de Quórum** (mínimo 14 Conselheiros)
2. fazendo a chamada dos **Conselheiros Titulares:**, Alyne Fernanda Cardoso Reis, Ângela
3. Botelho, Cárin Regina D'Ornellas, Davide Siffert Dulcetti, Leila Marques da Silva, Leonam
4. Estrella Figueiredo, Lucas Alencar Faulhaber Barbosa, Luciana da Silva Mayrink, Luiz Damião
5. Teixeira da Silva, Marcus Pedro Oneto Fiorito, Marta Regina Ribeiro Costa, Pablo Cesar
6. Benetti, Pablo Esteban Vergara Cerda, Paloma Monnerat de Faria, Paulo Oscar Saad,
7. Rodrigo Cunha Bertamé Ribeiro, Rosemary Compans da Silva, Sandra Regina de B. Sayão
8. Ferreira**,** Simone Feigelson Deutsch, Tanya Argentina Cano Collado, Tayane de Mello Yanez
9. Nogueira, Tereza Cristina dos Reis, Vicente de Paula Alvarenga Rodrigues. **Conselheiros**
10. **Suplentes substituindo Titulares:** Tom Ferreira Caminha, Carlos Augusto Abreu**.**
11. **Conselheiros com Ausência Justificada:** Fernando Henrique de A. G. Newlands, Natália da
12. Cunha Cidade. **Quórum suficiente: 25 conselheiros (as). Item 3 -** Aprovação da Ata da
13. Reunião Ordinária nº **004/2022 (12/04/2022**). **A chefe de gabinete Patrícia Cordeiro** lembrou
14. que só votam os Conselheiros Titulares ou Suplente que estejam nessa condição. Colocada
15. em votação, a Ata 004/2022 foi aprovada com **23 (vinte e três) votos favoráveis, nenhum**
16. **contrário e 01 (uma) abstenção**. Item 4 - Leitura de extratos e correspondências recebidas
17. e/ou expedidas. Não houve extratos a serem lidos. **Item 5 - Apresentação da Pauta e**
18. **Comunicados Presidente: Conselheira Federal Maira Rocha.** A conselheira Maíra Rocha
19. relatou que na reunião de abril foram deliberados os seguintes itens: 1º - Apresentação pela
20. presidência do CAU-BR do nome da professora Sílvia Fischer, professora na FAU/UnB com
21. uma produção extensa na arquitetura e urbanismo, para ocupar o cargo de ouvidora-geral do
22. CAU-BR em mandato tampão, objetivando também a reestruturação do órgão. Também foram
23. discutidas as mesas para debate em plenária externa que se realizaria durante Ato Público,
24. marcado para 25 de maio, cujo tema central seria o Orçamento da Carta dos Arquitetos e
25. Urbanistas aos candidatos de 2022, culminando com uma série de eventos chamados Maio
26. da Arquitetura, ressaltando que seria importante que todos acompanhassem os
27. aprofundamentos dos pontos colocados na carta. Em seguida, o **Presidente Pablo Benetti**
28. fez os seguintes comunicados. 1 - A convite da Câmara de Vereadores, o CAU-RJ fez um
29. parecer em relação ao Projeto de Lei 42, de vendas de imóveis. O projeto de lei, enfatiza o
30. presidente Pablo, não estaria em sintonia com o planejamento da cidade, ensejando o
31. aumento da desigualdade social da população, entre outros argumentos apresentados. 2 -
32. CAU na sua Cidade. Durante a visita à cidade de Campos, foram feitos vários contatos com
33. as autoridades locais, visando o bom relacionamento entre as partes e outras agendas, tais
34. como: a) Entendimentos para assinatura de um possível convênio com a OAB-Mulher, cujo
35. programa dialoga com a Comissão de Equidade, Gênero e Diversidade do CAU-RJ; b) Foi
36. assinado convênio com a Associação Norte Fluminense de Engenheiros e Arquitetos (Anfea);
37. c) Esforços foram feitos no sentido de motivar a que os profissionais arquitetos e urbanistas
38. apresentassem propostas aos programas de formação continuada, assistência técnica e
39. patrocínio cultural; d) Assinatura de convênio com o IFF, edital de ATHIS; e) Além dos eventos
40. de roda de conversa, minicursos, todos concluídos com sucesso. 3 – Calendário de eventos:
41. proposta de modificação postergando alguns eventos que seriam no mês de maio: CAU no
42. Bairro para o dia 01 e 02 de junho, em Campo Grande; o Fórum de Entidades Profissionais
43. para o dia 30 de junho e o Fórum de Escola, o Fórum da Diversidade. Para julho, o CAU na
44. sua Cidade, Nova Iguaçu: para agosto, o CAU nos Bairros, em Madureira; para setembro, o
45. CAU na sua Cidade em Petrópolis. São essas as modificações feitas. Continua confirmado
46. para 30 de maio o lançamento da formação continuada, nesse sentido, solicitou a colaboração
47. de todos os conselheiros para que os prazos fossem cumpridos. Final do mês de junho,
48. lançamento do edital de ATHIS, também enfatizando a necessidade do cumprimento do prazo
49. estabelecido. O Manual do TFG CEF será lançado no final de julho. O Encontro com a
50. Sociedade que será realizado na primeira semana de agosto (4 e 5 de agosto); e a
51. Conferência dos Arquitetos que está programada para 9, 10 e 11 de novembro. 3.1.
52. Reprogramação orçamentária recebida do CAU-BR com prazo até 23 de maio para informar
53. as diretrizes de reprogramação. 3.2. De 24 de maio a 1º de junho, discussão e aprovação pelo
54. CAU de suas diretrizes. 3.3. - 30 de maio. Realização de reunião da CPFI Extraordinária para
55. aprovação das diretrizes; 3.4. - 31 de maio, início da reprogramação do CAU; 3.5. - 30 de
56. junho (final de maio até final de junho), data para a reprogramação pelas comissões e setores
57. do CAU-RJ. 3.6. - 7 de julho – Envio do formato final para a CPFI do CAU-RJ; 3.7. – 15 de
58. julho, envio da minuta para o CAU-BR. 3.7 - 26 de julho ou 2 de agosto, Plenária Extraordinária
59. para aprovar a reprogramação que tem um prazo final de envio no dia 3 de agosto ao CAU-
60. BR. 4 - Plano de Cargos e Salários. Tinha-se a função de auditor como cargo de livre
61. provimento. O Ministério Público do Trabalho, motivado por denúncia anônima, entendeu que
62. o cargo de auditor não seria cargo de livre provimento e sim de funcionário efetivo por meio
63. de concurso público. Em função disso, foi assinado um termo de ajustamento de conduta
64. sendo feita a rescisão contratual do auditor detentor do cargo até aquela data. **Item 6. Ordem**

## do dia 6.1. Debate sobre manifestação da CEF sobre EAD – Relatoria Conselheira Tereza

1. **Cristina Reis.** A gerente técnica, **Carolina Mamede,** fez a seguinte explanação sobre as
2. ações da GERTEC referente ao tema EAD: “Aqui é o relatório que a GERTEC preparou sobre
3. as ações que a GERTEC junto com a Comissão de Ensino e Formação do CAU já fez até
4. hoje sobre o ensino à distância de arquitetura e urbanismo. A motivação desse relatório é o
5. notável crescimento nas solicitações de registro de profissionais egressos de instituições de
6. ensino superior com a modalidade de educação a distância. A primeira solicitação que tivemos
7. até hoje foi o ano passado, no dia 15 de janeiro, e chegou esse profissional egresso da
8. Universidade Vale do Rio Verde (Unicor). Foi verificado que essa universidade ainda não tinha
9. o registro do curso no SICCAU, então não foi possível a gente avançar, nós fizemos vários
10. levantamentos, encaminhamos ao CAU-BR e o CAU-BR não se posicionava se era a favor
11. ou contra e era difícil a gente poder avançar com isso por questões até técnicas, mesmo
12. dentro do SICCAU. Então, após o procedimento padrão seguido pelo setor do registro
13. profissional, foi elaborado esse relatório sobre o caso e encaminhamos para a análise da sede
14. do CAU-RJ. A sede do CAU-RJ emitiu a Deliberação nº 003, de 2021, e manteve suspensa a
15. decisão do pedido até que essa questão fosse pacificada judicialmente ou que o CAU-BR
16. procedesse a modificação dos seus atos normativos quanto a questão e ainda tornasse
17. tecnicamente viável o registro no SICCAU. Após o andamento em Mandado de Segurança
18. impetrado pelo requerente do registro profissional, em 25 de junho, foi novamente analisado
19. pela CEF do CAU-RJ que se manifestou por meio da Deliberação nº 010, de 2021, deliberando
20. por novos encaminhamentos. Foi encaminhado um Ofício 002, de 2021, para a sede do CAU-
21. RJ no dia 30/06/2021, enviado para a CEF do CAU-BR questionando sobre o cadastro da
22. instituição no SICCAU. Em 06/08, o registro do profissional em questão foi concedido,
23. conforme Mandado de Segurança nº 5058358-63, de 2021-4025101-RJ e Resolução CAU-
24. BR nº 83, de 2014. E conforme parágrafo único da resolução, o registro contém a ressalva da
25. situação da concessão sub judice. No ano de 2022, no dia 26 de março, houve a colação de
26. grau da primeira turma do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Pitágoras no
27. Para-Anhanguera nos polos de Cabo Frio, Teresópolis e Nova Friburgo, ofertados na
28. modalidade 100% EAD e a partir de então o Setor de Registro Profissional do CAU-RJ passou
29. a receber várias solicitações de registros dos egressos, cadastrados no SICCAU. A instituição
30. de ensino formou um total de 111 profissionais em todos os polos no Brasil, sendo 28 nos
31. polos do estado do Rio de Janeiro. Em abril de 2022, elaboramos um relatório encaminhando
32. os 10 pedidos de solicitação para análise e apreciação da sede CAU-RJ e no dia 08/04 na
33. reunião da comissão foi analisado esse relatório e a comissão se manifestou por meio da
34. Deliberação nº 10/2022, informando que até a presente data a instituição de ensino não
35. possuía a portaria de reconhecimento ou o cálculo de tempestividade que permitia o registro
36. dos egressos, além de possuir cadastro incompleto no SICCAU. Oficiar à sede do CAU-BR
37. solicitando atualização dos esclarecimentos quanto à viabilidade dos registros de egressos
38. de cursos ofertados na modalidade de ensino a distância, e suspender por ora as solicitações
39. de registro de profissionais egressos dessa instituição de ensino no âmbito do CAU-RJ até
40. que a questão seja devidamente pacificada ou que o CAU-BR divulgue nova orientação sobre
41. cursos realizados na modalidade de ensino a distância. Em 2 de junho, foi enviado Ofício nº
42. 002/2022, da sede CAU-RJ para a CEF do CAU-BR questionando sobre a atualização de
43. posicionamento da CEF-BR sobre os cursos 100% a distância, e até a presente data o CAU-
44. RJ possui doze solicitações de registro profissional, sendo nove com documentação completa
45. e de egressos de cursos da UNOPAR na modalidade de ensino 100% a distância. E o resumo
46. das ações foram estas: no dia 15 de janeiro de 2021 teve a primeira solicitação de um egresso
47. 100% a distância; no dia 19 de fevereiro de 2021, foi deliberado pela sede CAU/RJ,
48. Deliberação 003 decidindo por manter suspensa a decisão do pedido do registro; no dia
49. 25/06/2021, a Deliberação nº 010 delibera sobre novas ações sobre o caso; no dia 06 de
50. agosto de 2021, foi o primeiro deferimento de registro de egresso de instituição EAD, conforme
51. o mandado de segurança; no dia 26 de março de 2022, houve a colação de grau de outra
52. instituição de ensino impactando em diversas solicitações de registro em todos os CAUs-UF,
53. trazendo novamente a urgência em alinhar de forma nacional um procedimento padrão para
54. tratamento das demandas. E no 08/04/2021, foi a Deliberação nº 08/04/2022, na sede do
55. CAU/RJ sobre novos casos de solicitação de registro profissional no ano de 2022. E
56. considerando que o CAU-RJ realizou um deferimento de registro profissional em curso
57. ministrado na modalidade educação a distância, por força de mandado judicial e considerando
58. as diversas solicitações de registros e egressos de outra instituição e um notável aumento
59. nas solicitações de egressos nessa modalidade de ensino, encaminhamos esse relatório para
60. análise e apreciação da Comissão de Ensino e ressaltando a urgência em alinhar de forma
61. nacional o procedimento padrão para tratamento das demandas.” Em seguida, a conselheira
62. relatora Tereza Cristina Reis fez um apanhado do que foi possível apurar sobre o que outros
63. CAUs e o próprio CAU-BR estão se posicionando a respeito das questões do ensino a
64. distância: “As ações sobre o ensino a distância começaram bem antes de 2019, mas eu parti
65. de 2019, porque foi uma deliberação importante do CAU que deliberou a recusa da concessão
66. do registro profissional. Você pode ver aqui no final que é uma recusa. Então, é interessante
67. porque não é uma recusa definitiva, foi uma barreira, todas as ações que temos até agora são
68. barreiras, porque quando chega um mandado de segurança como nos chegou é “cumpra-se”.
69. Então, o que nós estamos fazendo? Nós da CEF-RJ, de todas as outras, mesmo com
70. deliberações importantes que vocês vão ver a seguir são simplesmente barreiras, porque não
71. há um consenso do CAU-BR ainda, tanto que quando ficamos numa situação limite a gente
72. volta para o CAU-BR, porque é ele que precisa nos orientar nesse caso, a gente não pode
73. tomar essa decisão simplesmente sozinha. Então, em 2019, o CAU-BR recusou a concessão
74. de registro profissional. Ele faz isso, mas é somente uma barreira. E aí a gente começa a ver
75. que a partir desse impasse, quase omissão do CAU-BR quanto a essa questão, outros CAUs
76. começam a ter manifestações mais importantes que até mesmo o próprio CAU-BR como, por
77. exemplo, o Rio Grande do Sul que começa já a sua batalha bem antes de 2019, mas em 2019
78. ele começa a fazer investidas mais poderosas como notas públicas como em 29 de março
79. que ele faz essa nota pública e alerta sobre os impactos negativos da EAD na qualidade de
80. ensino dos cursos de Arquitetura e Urbanismo. Essa apresentação é uma manifestação para
81. a sociedade e ela lista alguns itens importantes dessa manifestação, eu sublinhei: “Utilizar
82. todos os meios disponíveis para garantir a qualificação dos cursos de graduação; atuar no
83. combate à substituição do ensino presencial pela modalidade EAD nos cursos de nível de
84. graduação; e buscar aplicação de medidas rigorosas que foi exatamente o que ele fez e está
85. fazendo, de verificação da qualidade da formação oferecida pelos cursos de arquitetura e
86. urbanismo que adotem a modalidade EAD”. Depois quem quiser se manifestar a gente pode
87. trocar várias ideias sobre isso. E, em 2019 ainda, isso tudo aconteceu em 2019, o Rio Grande
88. do Sul ganha, ele tem uma vitória no âmbito federal, o TRF4 reconhece a decisão do CAU-
89. Rio Grande do Sul de não registrar egressos da EAD, começa realmente uma batalha. E ele
90. continua com ações judiciais agora contra o Ministério da Educação e contra o Governo
91. Federal, a discussão está subindo, e em 1º de julho, ele faz essa ação judicial e, em 11 de
92. dezembro, o Ministério Público aprova o parecer, são batalhas que o Rio Grande do Sul está
93. ganhando, mas mais uma vez dizendo, repito, são barreiras, são só barreiras, mas são
94. barreiras poderosas, porque ele está conseguindo visibilidade, está conseguindo fazer uma
95. espécie de um barulho que o próprio CAU-BR não está fazendo. E aí vem Santa Catarina que
96. também se posiciona estrategicamente da mesma forma, Santa Catarina também delibera em
97. plenário posicionamento importante. E aí vem uma nota de esclarecimento do CAU-BR, quer
98. dizer, em 2020 não existia nenhuma ação do CAU-BR, ficou parado esse assunto no CAU-
99. BR e ele no final ele coloca que o CAU-BR se opõe de modo claro e inequívoco a registro
100. automático dos egressos da modalidade de ensino a distância. Mais uma vez ele se coloca
101. contra, porém continuamos, se vier o mandado, “cumpra-se”. E aí começa a acontecer uma
102. visibilidade lá na Câmara dos Deputados, a princípio, aprovou a proibição do incentivo EAD,
103. não é ainda os cursos EAD. Isso já estava correndo um projeto, discursos de saúde e
104. começam a ter parlamentares que incluem os cursos de engenharia e arquitetura também
105. nessa questão de proibição, ainda não é proibição. Em maio de 2022, esse projeto de lei que
106. estava sendo debatido no Congresso inclui Arquitetura e Engenharia para proibição da
107. educação à distância nos cursos de Arquitetura e Urbanismo que é o que nos interessa. Agora
108. está esperando esse processo todo que vai ser longo. As entidades também se manifestaram
109. durante esse tempo, a ABEA lá desde 2017 talvez até outras manifestações anteriores; a
110. FENEA, o IAB também se manifestou. Este é o nosso histórico que a Mamede já leu para nós,
111. a história da nossa arte aqui. E aí vem a campanha do Rio Grande do Sul, uma campanha
112. que começou agora, uma campanha potente com várias inserções na mídia, propaganda, em
113. várias mídias, inclusive revistas, que é para mostrar os riscos, mais uma vez é uma barreira.
114. Ela também faz uma boa deliberação, essa deliberação que está nos inspirando. E São Paulo
115. começa uma campanha pela qualidade de ensino e da formação. Não estou só falando sobre
116. EAD, está falando do ensino e formação de forma ampla e bastante importante, começou
117. também uma boa campanha, uma campanha importante para discutir os rumos do ensino da
118. formação. E aí chegamos onde estávamos querendo. Por que tudo isso? Porque nós
119. queremos também deliberar em plenária e construir um documento que estabeleça os critérios
120. para abertura de processo de registro profissional como o Rio Grande do Sul fez. (?) planejar
121. e divulgar uma campanha sobre o risco de graduação em EAD em Arquitetura, também
122. planejar uma campanha pela qualidade de ensino e formação, pois sabemos também que as
123. diretrizes permitem que 40% de EAD dentro do curso de Arquitetura. Bom, isso é só um item
124. de discussão da formação. Na graduação tem outros aí, a gente não vai conseguir falar tudo
125. isso aqui agora. Para isso, queremos construir um cronograma de ações e um plano de
126. comunicação para poder desencadear todo esse processo de campanha e ter uma posição
127. mais sólida dentro do CAU-RJ, principalmente a EAD.”. Discussão aberta, a conselheira
128. **Ângela Botelho** manifestou concordância com a fala da relatora e a cumprimentou pelo
129. trabalho. O **conselheiro Lucas Alencar Faulhaber Barbosa** complementou que a CEF
130. estaria concluindo o relatório a respeito do assunto e que se pretende apresentá-lo durante o
131. Fórum dos Coordenadores no próximo mês de junho, dizendo que se trata de um elemento
132. importante de subsídio para essa campanha, porque tem um relatório bem denso mostrando
133. os impactos da pandemia em todos os níveis, até psicológico, sobre a saúde dental dos
134. estudantes e professores. A **Conselheira Federal Maíra Rocha** cumprimentou a relatora pelo
135. trabalho e narrou que também conversara sobre essa articulação da CEF-RJ e da CEF-BR e
136. com outros colegas no CAU-BR também e que seria necessário que o assunto fosse tratado
137. com a importância que ele precisa ter. E indagou à conselheira relatora qual foi a percepção
138. que tivera no evento do CAU-BR e as CEFs do qual participara, e também se existiria alguma
139. possibilidade das UFs se articularem para tentar ações articuladas que ganhem escala e
140. projeção que possam pressionar o CAU-BR. A **Conselheira Tanya Argentina Cano Collado**
141. argumentou que o assunto seria trazido na pauta da próxima plenária e que provavelmente
142. haveria a proposta de posicionamento com alguma solicitação de votação como CAU-RJ para
143. somar às UFs. O **Conselheiro Carlos Augusto Abreu** destacou que o assunto é tratado com
144. parcimônia na CEF-DF, ou mesmo se tem algo por trás como as instituições de ensino que
145. têm interesse na popularização dessa modalidade de ensino e que o único caminho viável
146. seria impor ao CAU-BR, por meio da manifestação do CAU-RJ e das demais UFs e,
147. principalmente, fazer o que o Rio Grande do Sul estaria fazendo que é divulgar para a
148. sociedade a precariedade do EAD para a formação dos profissionais. O **Conselheiro Davide**
149. **Siffert Dulcetti** indagou que tipo de relação o CAU vem mantendo com as universidades e
150. que tipo de trabalho está sendo feito nesse nível, se é que existe, e conclamou pelo
151. fortalecimento da comunicação dentro dos CAUs e a partir daí alcançar o país como um todo.
152. A **conselheira relatora Tereza Cristina Reis** respondendo às perguntas que lhe foram feitas
153. disse que em eventos ainda não conseguira impor uma pauta extra para falar sobre EAD.
154. Segundo Tereza Cristina, foi proposto um grupo das CEFs-UFs num fórum de discussão e
155. desse fórum fluíssem ações conjuntas, todas as CEFs juntas, não só para a sociedade, mas
156. também para o CAU-BR para uma pressão no CAU-BR, mas que ficou em espera em função
157. do lançamento da campanha do CAU-RS, porém em ão Paulo, nos dias 25 e 26, iriam
158. novamente se reunir para continuação desse trabalho e, consequentemente ter uma pressão
159. maior junto ao CAU-BR, pois, segundo ele, o que falta é o CAU – de forma ampla – se colocar
160. com o MEC, há uma ausência do CAU com o MEC, há necessidade de estabelecer diálogo
161. constante com aquele ministério. A relatora Tereza Cristina acrescentou que o CAU precisa
162. falar mais com as instituições de ensino para agenciar os cursos de arquitetura. O **presidente**
163. **Pablo Cesar Benetti** destacou que nos dias 25, 26 e 27 haveria a plenária ampliada do CAU-
164. BR junto com o Fórum de Presidentes em São Paulo e lá se pretende fazer um grande
165. movimento, oportunidade de forçar um posicionamento claro do Fórum com relação ao tema.
166. Não obstante isso, a aplicação da tabela recebida do CAU-RS já se percebera um grande
167. avanço, pois ali se coloca claramente o total de carga horária a distância e que isso poderia
168. possibilitar uma discussão sobre a qualidade da formação. **Item 6.2 – Abertura de Processo**

## Administrativo sobre o Processo 0101716- 08.2017.5.01.0039 - Deliberação 005/2022

1. **CPFI.** O **conselheiro relator Marcus Pedro Oneto Fiorito (Coordenador da CPFI)** relatou
2. que “o processo é referente à reclamação trabalhista que teve a sentença e pagamento já
3. concluídos pelo CAU sobre questão da exoneração de funcionário, depois retornou o
4. funcionário aos quadros com o pagamento da indenização trabalhista e durante a análise das
5. contas de 2021, os conselheiros da CPFI julgaram importante (?) um pecúlio, uma comissão
6. para avaliar o processo administrativo, avaliar o processo judicial, apurar responsabilidades e
7. o andamento do processo. A gente espera que o CAU não tenha outros processos assim,
8. então, por isso, entendemos que sendo essa uma sentença concluída havia também aí uma
9. oportunidade de identificar falhas que a gente não quer mais, se compromete com isso. Então,
10. a CPFI recomenda ao Plenário a abertura de uma comissão para avaliação desse processo,
11. é um processo longo, cerca de 800 páginas, então, vai demandar bastante trabalho, mas não
12. podemos nos abster.”. O **presidente Pablo Cesar Benetti** complementou dizendo que o
13. processo realmente é complicado, tem um edital de concurso que no seu item 4 determina
14. uma avaliação nos noventa dias, coisa que não é legal, infelizmente, isso estava no edital do
15. concurso, ainda depois faz uma Instrução Normativa 04/2013, que estabelece sete pontos de
16. avaliação nos quais de fato só duas se podem auferir objetivamente. A sentença coloca que
17. o sistema de avaliação não foi correto e também não vislumbra uma violação na honra e a
18. dignidade do autor. Ele aceitou que a avaliação do candidato, funcionário no caso, teve
19. problemas, mas não aceitou o pleito dele no sentido de violação na honra. Sendo assim,
20. sugeriu os seguintes nomes para a comissão: **conselheira Noêmia Barradas, conselheira**
21. **Tanya Collado e o conselheiro Marcus Fiorito,** A comissão de sindicância teria cinco
22. membros e ainda contaria com a assessoria do funcionário Rodrigo Leite e com a suplência
23. da Raquel Almeida, faltando ainda membros da própria CPFI. Abertas as inscrições, a
24. **Conselheira Leila Marques da Silva** indagou se o CAU poderia ainda recorrer em mais
25. alguma instância. O **presidente Pablo Cesar Benetti** respondeu que todas as instâncias
26. estavam esgotadas, que o funcionário já teria recebido a indenização e fora reintegrado ao
27. corpo de funcionários do CAU-RJ. **O conselheiro Luiz Damião Teixeira da Silva** se colocou
28. à disposição para integrar a comissão. O **Conselheiro Carlos Augusto Abreu** propôs
29. participar da comissão para entender o procedimento que se levou a isso e que as pessoas
30. têm que ser identificadas e responsabilizadas por tal para que isso não se repita. O
31. **presidente Pablo Cesar Benetti** explicou que realmente houve falha de avaliação de noventa
32. dias, faltou amparo legal. O segundo erro que se prolonga a partir desse 15.4 do edital é a
33. Instrução Normativa nº 4. Feito isso, a votação foi feita obtendo um total de **24 votos**

## favoráveis, nenhuma abstenção, nenhum voto contrário – Composição: conselheira

1. **Noêmia Barradas, conselheira Tanya Collado, conselheiro Marcus Fiorito, conselheiro**

## Carlos Augusto Abreu e o conselheiro Luiz Damião Teixeira da Silva. Item 6.3 - Debate

1. **sobre o Censo CAU/BR**. A **Conselheira Federal Maíra Rocha** fez o seguinte relato: “É um
2. censo que foi realizado em 2020 e publicado no final do ano passado. Mas é um censo que
3. traz muita informação e dados para a gente entender um pouco do panorama da nossa
4. profissão e dos trabalhadores da Arquitetura e do Urbanismo. Eu fiz pequenos destaques,
5. mas quem não chegou a ver vale muito a pena entrar. Foi disponibilizado em diversos
6. formatos e tem um *deskboard* que é um quadro interativo que você pode fazer cruzamento de
7. dados, você pode inclusive baixar a base de dados desse censo para analisar. Traz
8. informações relevantes. Um primeiro destaque que eu queria fazer é com relação ao perfil do
9. profissional do nosso campo. Nós temos uma maioria de profissionais mulheres até 40 anos,
10. a idade média de 35 anos; 51% dos profissionais são autônomos e 62% dos profissionais
11. trabalham em arquitetura de interiores. Isso é importante e relevante para a gente conhecer
12. as áreas de atuação dos profissionais. Um dado que eu acho muito significativo que para mim
13. foi a informação mais relevante do censo é sobre a renda dos arquitetos e das arquitetas. Em
14. 2012, foi feito um censo também pelo Data Folha, encomendado pelo CAU-BR, há algumas
15. diferenças entre o censo de 2020 e de 2012, em 2020 foram inseridas mais perguntas a
16. respeito de gênero, diversidade, raça e pessoa com deficiência, que são perguntas que não
17. tinham nos anos anteriores, então ainda não se consegue fazer um paralelo entre esses dois
18. resultados, mas o de renda a gente já tinha. Em 2012, a maioria dos arquitetos e das
19. arquitetas tinha uma renda de três a cinco salários mínimos e em 2020 a maioria dos
20. profissionais tem uma renda de um a três salários mínimos. A gente sabe que muda o valor
21. do salário mínimo, mas também muda o valor do custo de vida. E esse é dado que dá uma
22. informação do quão precarizados estão os profissionais de Arquitetura e Urbanismo, essa
23. queda na renda do profissional. E outro dado que salta muito aos olhos é a porcentagem de
24. profissionais que estão sem acesso ao mercado de trabalho. Em 2012, tínhamos 9% dos que
25. responderam diziam que estavam sem acesso no mercado de trabalho e em 2020, 35% dos
26. profissionais que responderam dizem que estão sem acesso ao mercado de trabalho. Esse
27. aumento, essa escalada no número de profissionais sem acesso que fala muito não só do
28. nosso campo, mas de uma situação que se vive no país. E aí sobre a renda, eu acho que tem
29. um destaque que é muito importante, é um recorte dentro da renda que leva em consideração
30. raça e gênero. Por exemplo a média salarial do homem branco é de 5.590,00 reais. E é quase
31. o dobro da média salarial da arquiteta, da mulher preta, que é de 2.800,00 reais. Sempre
32. temos que entender esses censos e esses diagnósticos como forma da gente conseguir
33. acessar recortes dentro da profissão. Então, é importante que tenhamos uma visão geral, mas
34. é sempre importante que não esqueçamos que mesmo dentro desses resultados a gente
35. ainda tem diferenças relativas a gênero e raça para observar. Bom, outras questões que eu
36. acho que são importantes ver é que temos uma pergunta sobre as expectativas sobre o
37. mercado de trabalho, se você tem boas expectativas sobre a profissão. Em 2012, 58%
38. responderam que tinham boas expectativas. Em 2020, só 32% responderam que têm boas
39. expectativas. Sobre os desafios da profissão, o primeiro maior desafio que foi colocado pelas
40. pessoas que responderam, no censo de 2020, é a pouca valorização da profissão diante da
41. sociedade. E o segundo grande obstáculo é a má remuneração. São alguns destaques que
42. eu queria trazer para a gente iniciar o debate, mas eu acho que esse confronta mento dos
43. resultados de 2012 e 2020 fala da história recente deste país de perdas de expectativas, de
44. esperança, de renda. Mas também traz as informações para nós que são importantes sobre
45. onde está, como vive, quais as expectativas dos e das profissionais da Arquitetura e do
46. Urbanismo.”. Abertas as inscrições, o **Conselheiro Luiz Damião Teixeira da Silva** ponderou
47. que faria parte de uma categoria denominada por ele de arquiteto romântico, que é aquele
48. arquiteto que não se vê fazendo outra coisa, é aquele arquiteto que seria infeliz fazendo outra
49. coisa, e não aquele arquiteto que vê a profissão como um meio de ganhar a vida, como um
50. meio de prosperidade, como meio de trabalho e acrescentou que o desencanto com o país,
51. com a arquitetura, está acontecendo já com o adolescente de 15, 16, 17 anos. Franqueada a
52. palavra, a **Conselheira Luciana da Silva Mayrink** manifestou-se triste quando se falou sobre
53. gênero e raça, pois, seria um retrato da profissão, da dificuldade de inserção de pessoal que
54. está atravessada de forma interseccional por recortes de raça e de gênero e acaba sendo
55. excluída ou ganhando menos de alguma maneira no mercado de trabalho. Salientou a
56. importância de aumentar o número das comissões temporárias de diversidade para que temas
57. assim possam ser comentados, discutidos, combatidos, a diferença de salário e também a
58. questão da empregabilidade. O **presidente Pablo Cesar Benetti** destacou que lera o censo
59. “porque o censo além de nos sensibilizar, nos mostrar uma realidade, tem de agir a partir dele,
60. isto é, o censo traz informações aos formuladores de política. Três questões são destacadas:
61. primeiro realmente fazer essa leitura de 2012 a 2020. Nós temos perdido muito neste país,
62. infelizmente é a realidade que não nos deixa mentir, não tem uma pesquisa que não mostre
63. isso. E eu acho que temos que ter uma reflexão muito clara sobre o país que nós sonhamos
64. ter para o futuro, porque é evidente que este que está aí não nos atende. Especificamente
65. nas questões que a Maíra levantou também eu tinha visto e para mim formaram muito das
66. proposições que a gente vê no CAU-RJ e no CAU-BR. A proposta da Lei do
67. Microempreendedor Profissional dialoga com isso. Tomara que a gente consiga, porque, de
68. fato, quando você ampliar para R$240.000,00 mil anual contra os R$ 81.000,00 do MEI e ao
69. mesmo tempo conseguir uma redução da carga impositiva de 15 para 5% você está ampliando
70. o mercado de trabalho dos nossos colegas autônomos. Isso é uma questão importantíssima.
71. 62% deles trabalham em arquitetura de interiores, e certamente a lei 55/2022 do MEP os
72. atenderá. Quando a gente discute o software livre, a possibilidade de usar programas que não
73. impliquem custo para o profissional, como temos feito, acho que caminhamos nesse sentido,
74. nos estamos dando respostas institucionais, políticas, para essa questão. A questão de renda
75. é algo que foge totalmente à nossa alçada. Mas alguma coisa nós podemos fazer e eu acho
76. que a ideia da formação continuada e de discutir e conscientizar de que o arquiteto começa a
77. ser visto, a se reconhecer como construtor é fundamental. Acho que nós temos pecado nesse
78. sentido. E a formação da faculdade também caminha, infelizmente, muitos caminham nessa
79. direção, nós temos que caminhar nesse sentido de nos assumir como construtores; como
80. pessoa que resolve fazer uma boa construção mais barata, mais eficiente etc. etc. Como disse
81. aquele nosso recado no CAU na sua Cidade – Construa certo, contrate um arquiteto – Agora
82. na questão de gênero e raça, eu entendo a colocação da Luciana, mas eu não tenho a
83. resposta, gente, e aí eu acho que nós estamos pecando como o CAU-RJ no sentido de dar
84. respostas. O único que me parece que não temos feito um edital (CAU + mulheres) não
85. atende a isso, me parece que nós temos de pensar uma coisa melhor para que possamos de
86. alguma maneira discutir a questão extremamente odiosa dessa diferença salarial e não só
87. essa diferença de gênero e raça.”. O **Conselheiro Carlos Augusto Abreu** assinalou que
88. obviamente existe uma questão da especificidade da profissão, mas a questão de gênero,
89. raça, espelha uma sociedade brasileira. O homem negro e a mulher negra percebem
90. condições sociais e de remuneração muito abaixo do que o homem branco ou a mulher
91. branca. Agora especificamente na questão da arquitetura, a proletarização está acontecendo
92. na forma galopante e que isso diz respeito à má formação, a má colocação para a sociedade
93. da especificidade da profissão e o que o profissional arquiteto pode ajudar a própria
94. sociedade. Por outro lado, existe também a questão que talvez importante ver nesse material
95. que a Maíra apresentou que foi o ingresso de milhares de pessoas, de camadas muito mais
96. pobres, dentro da universidade que antes não tínhamos. Porém, a proletarização da
97. comunidade de arquitetura, ela é um reflexo da própria situação que o país se encontra, mas,
98. por outro lado, há um absurdo total na formação desses profissionais que estão saindo da
99. universidade. A **Conselheira Paloma Monnerat de Faria** disse estar de acordo com o que os
100. colegas apresentaram, enfatizando que as cotas seriam a primeira ação mais óbvia e que tem
101. que ser cobrada nas mais altas instâncias do país. O **Conselheiro Davide Siffert Dulcetti**
102. manifestou-se dizendo que o censo é sempre uma ferramenta muito útil e o que chamou muito
103. sua atenção foi a quantidade de autônomos, 51%, e a quantidade dos que não têm acesso
104. ao mercado. E que seria interessante saber quantos arquitetos estão empregados, quantidade
105. que faltaria complementar. Outro ponto levantado pelo conselheiro Davide é que o CAU-RJ
106. precisaria fazer ações um pouco mais efetivas com entidades de arquitetura como o CEAU, a
107. AsBEA, com os escritórios de arquitetura que são aqueles que não contratam negras,
108. mulheres ou que pagam menos, a fim de ampliar o diálogo e usar o instrumento que se tem
109. em mãos; a questão das cotas também seria importante, promover campanhas dentro das
110. instituições privadas, nos escritórios de arquitetura, como também a questão do arquiteto
111. como construtor, forçar essa imagem junto à sociedade. O **Conselheiro Paulo Oscar Saad**
112. salientou que queria tratar da questão da importância da obra para o exercício profissional e
113. para a renda do exercício profissional e que sempre percebera que a obra é o que a sociedade
114. quer, seja qual for a obra, pequena, de reforma, construção grande, construção pequena,
115. casa, prédios, sempre foi essa demanda. A obra sempre foi onde o arquiteto conseguiu se
116. realizar profissionalmente e garantir renda superior às rendas médias dos projetos. Nesse
117. sentido, indaga como é que isso aparece no nosso censo? Esse censo consegue retratar essa
118. questão? Ele consegue fazer recomendação para os arquitetos com relação ao que é a
119. profissão do ponto de vista do que a sociedade vê, e recomendar a linha profissional mais
120. longeva? Qual foi a importância dessa questão central na carreira, nas perguntas do censo e
121. nas análises conclusivas, nas computações, feitas com os dados obtidos? A **Conselheira**
122. **Federal Maíra Rocha** respondendo as indagações feitas: “Saad, a gente tem uma pergunta
123. no censo que leva em consideração isso que pergunta sobre o envolvimento do arquiteto no
124. campo, se é só a concepção do projeto ou se também atua na execução. Então, eu acho que
125. é interessante dar uma olhada depois. Mas existe uma análise dos resultados, mas não chega
126. a fazer alguma orientação sobre isso. Tem dois pontos que eu queria colocar: um vai um
127. pouco de acordo com que a Paloma trouxe, a questão sobre a reflexão de uma política de
128. cotas que faz 10 anos agora e a importância dela, até para mudança na composição do nosso
129. campo de trabalho. Nesse sentido, eu fiquei pensando se poderia ser interessante a gente
130. pensar vagas prioritárias ou alguma coisa na reserva das vagas da nossa formação
131. continuada para egressos cotistas, poderia ser uma política do CAU-RJ para ampliar o acesso
132. dos egressos cotistas às vagas da formação continuada do CAU-RJ, não sei se já foi pensada
133. alguma coisa nesse sentido, mas é uma proposta que poderia aumentar o acesso dessas
134. pessoas na formação continuada, tentando dessa forma maior colocação desses profissionais
135. no mercado de trabalho. Nesse sentido também só lembrar que na 193, na revisão da
136. resolução sobre anuidades, a gente pensou muito sobre isso, especialmente também sobre a
137. questão dos egressos cotistas, propondo descontos e na questão da licença maternidade.
138. Ainda não está valendo para este ano, mas a tentativa é que para 2023 a gente já tenha esses
139. descontos para esses recortes. E uma última questão que eu refleti bastante e acabei não
140. dividindo com vocês no início é com relação à renda. Essa maioria dos profissionais
141. recebendo entre 1 e 3 salários mínimos, eu fiquei pensando que isso é por acaso também o
142. perfil do setor do grupo 1 das políticas sociais do governo, por exemplo, a lei de assistência
143. técnica para habitação de interesse social. Ela é voltada para pessoas com renda até 3
144. salários mínimos. Eu acho isso muito importante a gente refletir sobre isso, porque sempre
145. tratamos muito de assistência técnica como se fosse uma coisa para outros e que, na verdade,
146. o que esse censo traz é que muitos dos arquitetos atualmente são considerados interesse
147. social, então isso traz outro olhar para essas políticas, um outro olhar para habitação de
148. interesse social que no fundo também trata de atender a muitos profissionais de arquitetura.
149. Só trazendo essa reflexão, porque achei superpertinente a gente pensar sobre isso, tirar a
150. coisa da habitação de interesse social do campo do outro, o precarizado, o que não tem
151. acesso, o sem teto, e entender que muitos profissionais da arquitetura estão dentro desse
152. recorte.”. Ao finalizar as falas, o **presidente Pablo Cesar Benetti** pontuou que a discussão
153. foi muito boa, iria recolher todas as sugestões e que “Eu acho que temos que fazer um
154. seminário sobre a política de cotas, recuperar esse povo e se aproximar dele, perguntar o que
155. o CAU pode fazer por você, acho que a gente tem que formular essa pergunta e
156. provavelmente caminhar nesse sentido, mas estão anotados aqui as sugestões e acho que
157. temos que caminhar nesse sentido, criando e fortalecendo o Fórum de Equidade, temos que
158. fortalecer essa instância, instância coletiva é fundamental para pautarmos a nossa atuação
159. com uma base mais consistente.”. **item 6.4 Debate sobre novo layout da sede com o**
160. **trabalho híbrido.** Foi sugerido que cada conselheiro encaminhe as sugestões ao gabinete
161. que serão formatadas para a próxima plenária. **Item 6.5. Apresentação do Relatório Parcial**

## da Assessoria do PCS. O conselheiro relator Marcus Pedro Oneto Fiorito relatou: “Esse

1. documento que vocês receberam é o primeiro relatório do consultor contratado para
2. acompanhar o grupo. O primeiro ponto que é tratado ali, digamos assim, não o primeiro ponto
3. que é tratado, mas digamos assim, a primeira estruturação da pesquisa que foi solicitada a
4. ele, um *back market***,** uma verificação dos CAUs UFs*,* de porte semelhante, então isso ajudou
5. a balizar um pouco a nossa ideia sobre a organização e, após isso, os CAUs de porte
6. semelhante são os que foram identificados: de Minas, Santa Catarina, Rio Grande do Sul,
7. São Paulo, São Paulo vai (?) um plus a mais em estrutura e em porte. Nós, praticamente,
8. terminamos nesse relatório nesse ponto com as considerações sobre o papel do profissional
9. arquiteto e urbanista e as diferenciações entre os nossos atuais analistas arquitetos e a ideia
10. de incorporar profissionais que tenham alguma possibilidade de atuação mais flexível dentro
11. do Conselho. Também arquitetos urbanistas e os concursos por vir.”. O **Gerente Geral**
12. **Ricardo Gouveia** detalhou o PCS: “Indo de cima para baixo, a plenária, à direita, a Comissão
13. Eleitoral e a Ouvidoria. Do lado esquerdo, os consultivos que são as comissões, temporárias,
14. especiais e ordinárias; aquela referência, o Conselho Diretor sendo formado pela Presidência
15. e as quatro comissões ordinárias; aquela referência que o Pablo já fez que foi uma ideia que
16. partiu da conselheira Leila, de novo organograma refletir uma mão dupla – no desenho está
17. mão única – mas, lembrando que é mão dupla, das comissões para o setor operacional do
18. CAU, Diretoria Administrativa, Financeira, Técnica, Fiscalização, claro que uma comissão
19. mais afim com algumas dessas áreas, por exemplo, a da Profissional com a Fiscalização, a
20. CPFI com a Financeira, mas, a ideia é que no organograma reflita essa maior interlocução
21. direta, é direta, mas passa em termos de organização pela Assessoria de Comissões, que é
22. o nome que se deu para a atual Secretaria-Geral da Mesa. Eu queria destacar só rapidamente
23. das inovações, detalhar um pouquinho mais o que estamos propondo na Gerência de
24. Fiscalização, o cargo, nós hoje temos tanto na Gerência de Fiscalização quanto na Gerência
25. Técnica, o cargo de analista técnico, que é desempenhado pelos arquitetos e o cargo de fiscal
26. que também é desempenhado pelos arquitetos. Então, a inovação que se propôs é que o
27. cargo possa ser de arquiteto e urbanista, ele tanto poderá desempenhar funções que hoje são
28. exercidos pelos analistas técnicos seja na Gerência de Fiscalização, seja na Gerência
29. Técnica, ou pode também liberar funções de fiscais, quer dizer, seria uma simplificação no
30. bom sentido, vamos dizer assim, retirar essa dicotomia analista e fiscal. A gente vai manter,
31. porque esse processo começou no ano passado, fizemos o nosso (?) com todas as áreas,
32. que vamos tentar inclusive estratégias de ou reduzir ou mesmo eliminar, mas há indícios de
33. que talvez os atuais analistas não queiram aderir ao novo plano de cargo e salário com essa
34. incumbência também de fiscalização. Então, se manteria o cargo analista técnico única e
35. exclusivamente para aqueles que não aderirem ao futuro plano de cargos e salário, seria um
36. cargo em extinção e teríamos então a manutenção do cargo de assistente técnico e também
37. estamos ainda a definir em reuniões futuras, há uma resolução do CAU-BR que institui o cargo
38. de auxiliar de fiscalização, então talvez venhamos a adotar esse cargo já regulamentado, com
39. as atribuições definidas, de nível médio, ele teria algumas funções que hoje são exercidas
40. pelos fiscais, deixando para os fiscais atividades mais técnicas e que sejam requeridas na
41. formação de arquitetura. Então essa é uma inovação relativa grande no setor, tanto na
42. Fiscalização quanto na Técnica de virmos a ter um cargo só arquiteto urbanista relacionada
43. aos arquitetos, mais o cargo de assistente técnico e mais o cargo de auxiliar de fiscalização,
44. roubando, no bom sentido, algumas atribuições desempenhadas pelos fiscais hoje, liberando
45. os fiscais, portanto, para atividades mais gerais.”. A **Conselheira Leila Marques da Silva**
46. destacou que para “fazer um plano de carreira para os funcionários do CAU, você precisa
47. antes de mais nada conhecer e reconhecer como é o funcionamento, que organograma é
48. esse, em que lugar cada carreira dessas que estão penduradas, quais são as suas atividades,
49. quais são as suas atribuições, responsabilidades, isso tudo é, na verdade, é como se
50. tivéssemos começando agora a desenhar o CAU que queremos administrativamente falando;
51. não estou falando de nenhuma ação com relação à profissão, com o que vamos trabalhar,
52. estou falando da administração do setor. Então, foi preciso resgatarmos, iniciar por ele, como
53. os colegas disseram que foi uma contribuição minha, que eu inseri os conselheiros no
54. organograma, porque por mais que sejamos eleitos, nós não somos funcionários, nós não
55. somos remunerados, nós fazemos parte integrantíssima desse conjunto de administração e
56. precisamos ser cobrados inclusive para a nossas responsabilidades, pela nossa atuação.
57. Então, essa ligação do organograma com os conselheiros é fundamental. Importante também
58. é reconhecer que o CAU hoje não tem no seu quadro arquiteto e urbanista, olha que
59. interessante, então, nós temos carreira que se designou chamar de analista técnico, o outro
60. analista fiscal, acho que é esse nome, que são, na verdade, profissionais que exigiam-se a
61. formação de arquitetura, mas eles não praticam a arquitetura: “Ah, mas o CAU não é para
62. praticar”, não, mas, eventualmente, eu canso de dar esse exemplo, se a gente precisasse de
63. um arquiteto que fosse analisar um projeto, desenhar uma planta, a rigor, todos eles podem
64. se negar, podem se recusar e a gente tem que contratar um arquiteto de fora, mesmo tendo
65. dez, quinze arquitetos no nosso quadro, porque ficou muito fragmentando: “Olha, você só vai
66. para a rua fiscalizar, você só vai analisar processo”, e a grande proposta desse novo plano é
67. ter uma carreira chamada arquiteta e urbanista, na qual vai englobar as funções do cara
68. analisa processo, do cara que vai para a rua e as demais atividades eventuais de um arquiteto
69. que seja, se precisar, se houver amanhã ou depois um braço do CAU que precise
70. desempenhar qualquer coisa dentro daquele nosso escopo profissional que nós conhecemos,
71. que ele possa também fazer um relatório, alguma coisa nesse sentido.”. Encerradas as
72. inscrições, o **presidente Pablo Cesar Benetti** cumprimentou a conselheira Leila por suas
73. contribuições e por reconhecer a inserção do conselheiro na estrutura do Conselho. Ao
74. finalizar, solicitou aos conselheiros que lessem com muita calma o relatório, porque haveria
75. uma votação no futuro e o sentido de trazer hoje à Plenária foi para que se tiverem alguma
76. posição divergente e/ou sugestões que possam fazê-las no decorrer do processo para que na
77. votação haja consenso sobre a estrutura do CAU que se quer e como se imagina o
78. funcionamento dele no futuro. **Item 7.0 - Recursos ao plenário: 7.1. Relatório e Voto**
79. **Processo n° 699763 - Conselheira Rose Compans,** Face ao exposto, e não encontrando
80. razões para reformar a decisão proferida pela Comissão de Exercício Profissional, em 27 de
81. agosto de 2021, indicou a manutenção do auto de infração Auto de Infração
82. 1000084781/2019, não tendo nenhuma manifestação, foi colocado em votação obtendo um

## total de 24 votos favoráveis, nenhuma abstenção, nenhum voto contrário. 8 -

1. **Distribuição de Recurso ao plenário:** Distribuído Processo 1309537/2021 para conselheira
2. Tanya Argentina Cano Collado; **9 - Comunicados dos Conselheiros com assuntos de**
3. **interesse geral**. Não houve nenhum informe por parte dos conselheiros**.** Nada mais havendo
4. a tratar, o presidente Pablo Benetti agradeceu a participação de todos e todas e deu por
5. encerrada a reunião às 19:20. Eu, Alessandra Vandelli, Assessora Especial da Presidência,
6. procedi revisão da ATA lavrada por serviço terceirizado e segue assinada por mim e pelo
7. Presidente do CAU/RJ, Pablo Cesar Benetti. **Rio de Janeiro, 10 de maio de 2022.**

 **Alessandra Vandelli**                              **Pablo Cesar Benetti**

  Assessora Especial da Presidência                        Arquiteto e Urbanista

                                                                          Presidente do CAU/RJ